

CENTRO UNIVERSITÁRIO FACULDADES ATIBAIA

CURSO DE PSICOLOGIA

BEATRIZ DE MORAES SOARES DIAS

**A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PARENTAIS NO
DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NA CONSTRUÇÃO DAS
CRENÇAS DO SUJEITO**

Atibaia-SP

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FACULDADES ATIBAIA

CURSO DE PSICOLOGIA

BEATRIZ DE MORAES SOARES DIAS

**A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PARENTAIS NO
DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NA CONSTRUÇÃO DAS
CRENÇAS DO SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Faculdades Atibaia - UNIFAAT, sob orientação do Prof. Juliano Rodrigues Afonso.

Atibaia-SP

2020

CURSO DE PSICOLOGIA

Termo de aprovação

Beatriz de Moraes Soares Dias

**“A influência das práticas parentais no desenvolvimento infantil e na
construção das crenças do sujeito”**

Trabalho apresentado no curso de Psicologia, para apreciação do professor orientador Juliano Rodrigues Afonso que, após sua análise, considerou o Trabalho _____ com nota _____.

Atibaia, SP _____ de _____ de 2020.

Prof. Juliano Rodrigues Afonso

RESUMO

Durante a infância, o ser humano passa por diversas experiências impactantes em seu desenvolvimento, tendo as relações pessoais e o ambiente como fatores influentes. É na interação com esses fatores que o sujeito desenvolverá suas primeiras aprendizagens, que serão expandidas para outros ambientes. Sendo a relação parental um importante constituinte do processo de desenvolvimento do ser humano, principalmente na infância, é primordial compreender os aspectos que essa interação abrange. Portanto, buscar-se-á, através de pesquisa bibliográfica, entender como as práticas parentais podem influenciar no processo de amadurecimento infantil e de que maneira interferem na construção das crenças do sujeito. As crenças centrais correspondem ao nível de cognições mais profundo, difícil de acessar e modificar, tendo sua origem na infância. Como dependentes de seus pais ou responsáveis, as crianças têm seus esquemas cognitivos altamente suscetíveis à influência dessas figuras. As práticas adotadas pelos pais com relação aos filhos darão origem a diferentes estilos parentais, desencadeando diferentes respostas e consequências no comportamento e desenvolvimento infantil. As crianças estão mais propensas a internalizar crenças sem senso crítico, experienciando os eventos de modo absolutamente significativo para desenvolver sua percepção da realidade. Diferenciam-se três principais estilos de controle parental: autoritário, permissivo e autoritativo. Os pais que atuam de modo autoritário tendem a contribuir para o desenvolvimento de pensamentos e crenças negativas, responsáveis por produzir ansiedade. Já os pais que agem de modo equilibrado, contribuem para formar crenças autorreferenciadas positivas, garantindo um ambiente de aceitação. O estilo autoritativo é o mais recomendado como base para as práticas educativas, por considerar aspectos cognitivos, emocionais e sociais importantes e necessários para o desenvolvimento ajustado e saudável, criando um ambiente favorecedor do desenvolvimento da autonomia.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Práticas Parentais; Crenças Centrais.

ABSTRACT

During childhood, human beings go through several impacting experiences in their development, with personal relationships and the environment as influential factors. It is in the interaction with these factors that the subject will develop his first learnings, which will be expanded to other environments. As the parental relationship is an important component of the human development process, especially in childhood, it is essential to understand the aspects that this interaction covers. Therefore, it will be sought, through bibliographic research, to understand how parenting practices can influence the process of child maturation and how they interfere in the construction of the subject's beliefs. The central beliefs correspond to the deepest level of cognitions, difficult to access and modify, having its origin in childhood. As dependent on their parents or guardians, children have their cognitive schemes highly susceptible to the influence of these figures. The practices adopted by parents with respect to their children will give rise to different parenting styles, triggering different responses and consequences on child behavior and development. Children are more likely to internalize non-critical beliefs, experiencing events in an absolutely meaningful way to develop their perception of reality. There are three main styles of parental control: authoritarian, permissive and authoritative. Authoritarian parents tend to contribute to the development of negative thoughts and beliefs, responsible for producing anxiety. Parents who act in a balanced manner, on the other hand, contribute to forming positive self-referenced beliefs, ensuring an environment of acceptance. The authoritative style is the most recommended as a basis for educational practices, as it considers cognitive, emotional and social aspects important and necessary for a healthy and adjusted development, creating an environment that favors the development of autonomy.

Key words: Child Development; Parenting Practices; Core Beliefs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 A FORMAÇÃO DAS CRENÇAS CENTRAIS	12
1.1 Origem e princípios básicos da Terapia Cognitivo-Comportamental	12
1.2 A relação entre o desenvolvimento das crenças e a infância	14
2 A INFLUÊNCIA PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO DE CRENÇAS	19
2.1 Os estilos parentais estudados pela Psicologia	19
2.2 A influência das práticas educativas sobre as crenças infantis	23
3 PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS: CONSEQUÊNCIAS E INTERVENÇÃO	25
3.1 Consequências relacionadas às práticas educativas parentais	25
3.2 Intervenção na perspectiva cognitivo-comportamental	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

De acordo com Papalia e Feldman (2013), o desenvolvimento humano, caracterizado como um processo que perdura por toda a vida, envolve um campo de estudos que se concentra nas modificações e aspectos estáveis do ser humano. Assim sendo, os estudos se voltam tanto para as características que se modificam ao longo do tempo, quanto para aquelas que permanecem razoavelmente estáveis. Considerando a infância como a fase que apresenta maior número de mutações, o trabalho dos especialistas do desenvolvimento pode ser útil na criação, educação e saúde das crianças. Independentemente da perspectiva teórica, o desenvolvimento humano sempre intrigou os estudiosos da Psicologia, sendo abordado por diversos autores ao longo dos anos. No campo da Psicanálise, Sigmund Freud, com a teoria do desenvolvimento psicosssexual em suas cinco fases, influenciou autores como Melanie Klein, que explicou o desenvolvimento através das relações objetais; e Donald Winnicott, que dissertou sobre o desenvolvimento com base nas relações de dependência do sujeito (NASIO, 1995).

No que concerne às teorias sociointeracionistas, é possível consultar Jean Piaget, que afirmava que a criança possui papel ativo na construção do seu conhecimento, partindo de uma predisposição inata para explorar e descobrir, sendo importantes o estímulo e a orientação – de um adulto mediador - durante a infância, garantindo liberdade para experienciar tentativa e erro. Lev Vigotsky, por sua vez, defendia o desenvolvimento cognitivo como um constructo a partir das interações sociais, acreditando que a criança absorve o conhecimento e valores transmitidos pelas gerações anteriores (FORTINO, 2012). Já Henri Wallon contempla o amadurecimento infantil como uma integração dos aspectos afetivos, motores e da inteligência, enfatizando-o como um processo social, no qual as pessoas próximas e a cultura contribuem para o contexto do desenvolvimento (CRAIDY; KAERCHER, 2007)

Seja qual for a abordagem ou a teoria desenvolvida, e apesar das diferenças que apresentam, todas essas perspectivas trazem um aspecto em comum: a interação com o meio ou com o outro no decorrer do amadurecimento. Ou seja, durante a infância, o ser humano transita por múltiplas experiências que causam impactos em seu desenvolvimento, nas quais as relações pessoais e o ambiente são influenciadores potenciais. É possível afirmar, portanto, que a relação parental exerce forte influência na formação e desenvolvimento infantil, uma vez que os pais são, geralmente, os indivíduos

dos quais a criança depende e com os quais convive no decorrer dos primeiros anos de vida.

É na interação e no ambiente familiar que o sujeito irá alcançar suas primeiras aprendizagens, as quais serão fundamentais posteriormente na extensão dessas relações para outros ambientes. Segundo Melo e Silveiras (2003), ao vivenciar suas experiências na escola ou com diferentes grupos sociais, a criança tende a colocar em prática e ampliar as habilidades adquiridas no círculo familiar. Dessa forma, todos os aspectos absorvidos pelo sujeito nos primeiros anos de vida servirão como base para o desenvolvimento saudável ou não das relações sociais infantis, tanto com pares quanto com professores e outros indivíduos presentes em seus novos grupos de convívio.

Corroborando com estas considerações, de acordo com Pureza *et al.* (2014), o contexto familiar é um dos aspectos fundamentais no tratamento de crianças a partir da perspectiva cognitivo-comportamental. Os terapeutas na Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) buscam avaliar as questões que estão envolvidas nos problemas da criança para elaborar planos de ação e tratamento que se adequem às suas necessidades, uma vez que os sistemas nos quais a criança atua poderão reforçar ou eliminar habilidades adaptativas. A TCC procura compreender os problemas que são apresentados pela criança/adolescente de maneira abrangente, a partir do contexto histórico, cultural e das influências as quais esteve exposta durante o desenvolvimento. Na conceituação do caso no atendimento clínico infantil, o terapeuta irá investigar os marcos desenvolvimentais; o funcionamento escolar, familiar e social; as condições médicas, bem como investigar as crenças a respeito do problema apresentado (FRIEDBERG; MCCLURE; GARCIA, 2011).

Pensando na importância da relação parental como constituinte do processo de desenvolvimento do ser humano, e considerando que ela se dá prioritariamente e com maior influência durante a infância, é primordial compreender os aspectos que circundam essa interação. O terapeuta precisa conhecer as nuances que caracterizam esse relacionamento para poder compreender cada caso clínico em sua subjetividade. Sabendo discernir aquilo que é saudável ou não, o psicólogo terá maiores condições para identificar as práticas parentais prejudiciais ao desenvolvimento infantil e intervir com técnicas apropriadas quando necessário. Sendo assim, buscar-se-á compreender como essas práticas podem influenciar no processo de crescimento durante a infância, tendo

como objetivo geral deste estudo compreender o impacto das condutas parentais no desenvolvimento infantil.

Segundo Bortolini e Andretta (2013), as práticas parentais podem ser divididas em práticas não coercitivas (utilizando reforçadores positivos) e coercitivas (quando há presença de estímulos aversivos). Esta segunda categoria também pode ser denominada como “práticas negativas”, uma vez que práticas inadequadas podem repercutir de modo prejudicial. Dentre as condutas negativas, há autores que as especificam em até cinco categorias, explanando as diferenças entre tais classificações (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). Já as práticas parentais positivas são de caráter extremamente importante para o desenvolvimento infantil. Segundo Cassiano (2014, p. 20), “[...] as práticas positivas envolvem comunicação clara e eficaz, afeto, envolvimento, expressão de sentimentos, monitoria positiva e uso adequado de limites e regras”.

Abarcados por esse tema, também são investigados e discutidos os estilos parentais, definidos inicialmente por Baumrind (1971, *apud* PAIVA; RONZANI, 2009) como “autoritativo”, “autoritário” e “permissivo” e posteriormente reformulados por MacCoby e Martin (1983, *apud* PAIVA; RONZANI, 2009) a partir das dimensões “exigência” e “responsividade”. Os estilos parentais caracterizam-se por conjuntos de práticas e condutas que se referem a um padrão característico de interação com os filhos, diferenciando-os entre si como causadores de impactos divergentes, podendo ser benéficos ou prejudiciais (CASSIANO, 2014).

Partindo desses pressupostos e com foco em concluir o objetivo geral, pretende-se, como objetivos específicos: compreender como ocorre a formação das crenças centrais do sujeito, investigando prioritariamente o período da infância; apresentar os diferentes estilos parentais estudados no campo da Psicologia e apontar suas influências no desenvolvimento das crenças; e compreender as possíveis consequências relacionadas às práticas educativas parentais, bem como apresentar os métodos interventivos na terapia cognitivo-comportamental para lidar com demandas decorrentes dessa influência.

Segundo Pereira e Rangé (2011), a terapia cognitiva trabalha identificando e reestruturando três níveis de cognição: os pensamentos automáticos, que seriam o nível mais superficial; as crenças intermediárias, que seriam regras criadas pelo sujeito para que possa conviver com suas ideias absolutas; e, por fim, as crenças nucleares. Essas últimas são o nível mais profundo de cognições e se originam das experiências infantis.

De acordo com Beck (2014), é a partir das interações com o mundo e com as outras pessoas que o indivíduo será conduzido às compreensões e entendimentos que são denominados como crenças. Estas terão sua formação construída desde os primeiros estágios do desenvolvimento, de modo que cada pessoa precisa organizar sua experiência de maneira coerente para alcançar um funcionamento adaptativo. Pensando nestas considerações, questiona-se: de que maneira as práticas parentais podem influenciar na formação das crenças centrais do indivíduo? Esta questão constitui o problema de pesquisa ao qual se pretende responder com este estudo.

Através desta pesquisa serão analisados tanto os impactos positivos quanto os impactos prejudiciais da influência parental durante o desenvolvimento infantil que incidem sobre a construção das crenças que serão internalizadas pelo sujeito. O interesse neste tema de pesquisa se inicia pela inserção da pesquisadora em ambiente escolar, inicialmente na área de educação especial, como monitora/mediadora de alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula e, posteriormente, como secretária escolar. Através deste contato com a comunidade escolar, tanto com os alunos quanto com os pais e professores, é possível observar uma variedade de modalidades de relacionamento entre pais e filhos, bem como diferentes estilos de comportamento e respostas das crianças que poderiam estar ligados justamente ao relacionamento parental que experienciam.

O ambiente educacional é um campo propício para a emergência de conflitos infantis. Em quaisquer cenários escolares é possível verificar a existência de estigmas que rotulam algumas crianças como “problemáticas”. No entanto, são identificadas muitas vezes vivências experienciadas de maneira negativa que podem estar vinculadas aos comportamentos apresentados. Nesses alunos é interessante notar como a diferença no comportamento de cada adulto que se aproxima – como o tom de voz da professora ou as medidas adotadas pela direção - causa respostas distintas. Isso leva a considerar que a forma como os adultos interagem impacta diretamente no tipo de vínculo que será construído com a criança e no seu respectivo comportamento.

Essa curiosidade a respeito do desenvolvimento infantil e de sua relação com o comportamento parental, apesar de ser uma questão presente anteriormente, foi aguçada conforme o curso das disciplinas desenvolvimentistas da graduação de Psicologia, especialmente da teoria Piagetiana. Tais estudos defendem a relação da criança com o ambiente em que vive, tendo os adultos papel importante neste contexto como

mediadores. A justificativa pessoal para este estudo, portanto, se fundamenta a partir de experiências particulares no campo profissional, que geraram interesse nesta problemática, sendo aumentado com o estudo do desenvolvimento infantil no curso de graduação.

Esta pesquisa se justifica também socialmente, pela intenção de reunir informações relevantes sobre o tema de pesquisa que possam contribuir para a formação de profissionais da Psicologia que pretendem trabalhar com crianças e adolescentes. De acordo com Pereira e Rangé (2011), as crenças nucleares são mais difíceis de serem acessadas e modificadas. Isso ocorre porque as crenças que são construídas durante a infância, se cristalizam na fase da adolescência, tornando-se posteriormente rígidas e norteadoras dos pensamentos do sujeito, conseqüentemente impactando em sua maneira de sentir e agir. Na terapia infantil, portanto, o psicólogo tem a oportunidade de realizar intervenções significativas que poderão contribuir positivamente para a formação do sujeito, funcionando também em caráter preventivo (SCOPEL; RUDNICKI, 2015).

Complementando esse trabalho psicoterapêutico realizado na infância, a psicoeducação com os pais é uma prerrogativa fundamental na terapia cognitivo-comportamental. Essa técnica tem a importante função de orientar o paciente e sua família sobre os aspectos do problema identificado e da queixa, tanto a respeito das conseqüências dos comportamentos, quanto a respeito da formação das crenças, sentimentos, valores e sua repercussão na vida particular e social do sujeito. (NOGUEIRA *et al.*, 2017). Sendo assim, o terapeuta que atende a crianças precisa conhecer as nuances que perpassam o desenvolvimento infantil. A partir desses conhecimentos, e sabendo como as práticas dos pais interferem e influenciam na formação dos filhos, o psicoterapeuta poderá atuar de modo mais assertivo em sua intervenção através da psicoeducação e orientação, auxiliando os genitores a agirem de forma mais positiva e menos prejudicial, prevenindo conflitos e problemas maiores no futuro. Portanto, o tema de pesquisa é bastante significativo no que se refere ao estudo e aperfeiçoamento dos psicoterapeutas para o atendimento clínico infantil e intervenção com pais a partir da perspectiva da terapia cognitivo-comportamental.

Esta pesquisa assumiu, em sua metodologia, um caráter aplicado, ao passo em que objetiva gerar conhecimentos para posterior utilização prática; e explicativo, visando identificar e explanar um aprofundamento do tema apresentado, reunindo informações acerca da influência parental no desenvolvimento humano. O problema de pesquisa foi

abordado de modo qualitativo, caracterizando-se pela obtenção de dados descritivos que foram analisados e interpretados pela pesquisadora. O método de obtenção de dados utilizado foi o levantamento bibliográfico, através da pesquisa em bases de dados online e biblioteca física de materiais já publicados, como livros, revistas, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, dentre outros materiais que continham informações relevantes e contributivas para informar a respeito do tema e auxiliar na formulação de uma resposta para o problema de pesquisa.

1 A FORMAÇÃO DAS CRENÇAS CENTRAIS

1.1 Origem e princípios básicos da Terapia Cognitivo-Comportamental

De acordo com Falcone (2012), as Terapias Cognitivas tiveram início ao final dos anos 60, em um cenário de questionamentos quanto aos resultados práticos do trabalho psicanalítico; além de uma presente insatisfação referente à abordagem estritamente comportamental, bem como ao modelo psicodinâmico. Assim sendo, deu-se início a uma atenção aos aspectos cognitivos do comportamento humano. Aaron Beck e Albert Ellis foram importantes atores no cenário de desenvolvimento da Terapia Cognitiva. Ambos dissidentes da Psicanálise, Beck se aprofundou no campo de pesquisas e experimentação científica, buscando validar sua prática e desenvolvendo instrumentos psicológicos úteis para o atendimento clínico (PEREIRA; RANGÉ, 2011). Ellis, por sua vez, descontente com a evolução de seus pacientes, procurou um meio mais eficaz para atendimento, dando início à Terapia Racional Emotiva Comportamental (TREC) (PIVETTA, 2019).

A TREC, desenvolvida por Albert Ellis, segundo a explicação trazida por Dobson e Dozois (2006), parte do pressuposto de que pensamento e emoção estão interligados, tendo como objetivo identificar e confutar os pensamentos e crenças irracionais. Segundo os autores, Ellis identificou em seus estudos 12 crenças irracionais, chegando à conclusão de que o sujeito tende a conservar esses padrões de pensamento, sendo necessária uma intervenção para promover transformações relevantes e estáveis. A TREC, portanto, emprega não apenas a abordagem dos aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais, mas possui como seu principal instrumento terapêutico o que Ellis chamou de “método lógico-empírico de questionamento, desafio e debate científico”. Esse procedimento de caráter filosófico é uma das principais distinções entre a TREC e as demais terapias.

Já a Terapia Cognitiva desenvolvida por Beck, de acordo com Dobson e Scherrer (2004), utiliza a psicoeducação como forma de ensinar ao cliente a monitorar, reconhecer, testar e substituir os pensamentos disfuncionais por cognições realistas, identificando e transformando as crenças erroneamente padronizadas do sujeito. Decorrentes desses dois principais teóricos, os autores apresentam ainda as diversas vertentes no campo da TCC, tais como a reestruturação racional sistemática de Marvin Goldfried; o treinamento do manejo da ansiedade de Suinn e Richardson; o treinamento de auto-instrução e

inoculação de estresse de Donald Meichenbaum; a terapia de resolução de problemas de Zurilla e Goldfried; e a terapia de autocontrole de Fuchs e Rehm; todas surgidas por volta dos anos 70. Posteriormente vieram ainda as terapias estruturais e construtivistas, por volta dos anos 80. Essa grande diversidade de referenciais teóricos compõem o conjunto de terapias cognitivo-comportamentais existentes no campo da Psicologia.

Apesar dessa amplitude de modelos cognitivo-comportamentais, segundo Wright, Basco e Thase, (2008), a Terapia Cognitiva de modo geral envolve em sua raiz o pressuposto filosófico grego de Epicteto, segundo o qual os homens não são perturbados pelas coisas que lhes acontecem, mas por suas opiniões a respeito destes fatos. Dessa forma, empreendem-se dois princípios centrais na compreensão da abordagem cognitivo-comportamental: as cognições influenciam as emoções e comportamentos; e o modo de agir pode causar efeitos nos padrões de pensamento e nas emoções. A TCC compreende, portanto, que as emoções, os comportamentos e a fisiologia de cada sujeito são influenciados por suas próprias percepções dos fatos/eventos que experienciam, assim como os comportamentos serão influenciados pelas cognições.

No entanto, a proposta terapêutica da TCC está relacionada ao fato de que esse modelo teórico também assume como pressuposto que as atividades cognitivas podem ser monitoradas e modificadas, conseqüentemente transformando as emoções e comportamentos (DOBSON; DOZOIS, 2006). É dessa forma que o modelo cognitivista surge no campo da Psicologia, revolucionando os métodos anteriores, de modo a preencher uma lacuna existente no cenário psicoterapêutico, uma vez que “[...] as intervenções comportamentais ou não-cognitivas eram irrelevantes para alguns problemas, tais como o pensamento obsessivo” (DOBSON ; SCHERRER, 2004, p. 45). Além disso, a TCC contava desde seus primórdios com pesquisas e resultados de índice altamente positivo, fundamentando as intervenções cognitivo-comportamentais como tratamento cientificamente comprovado em sua eficácia (DOBSON; SCHERRER, 2004).

A TCC entende que o sujeito constrói hipóteses durante a vida e atribui diferentes significados aos diversos aspectos de sua experiência (sejam acontecimentos, pessoas, sentimentos, dentre outros), assumindo características comportamentais baseadas nessas hipóteses ou crenças, como são chamadas (BAHLS; NAVOLAR, 2004). Sendo assim, pode-se dizer que o sujeito que apresenta sofrimento psíquico está com a sua capacidade perceptual de si mesmo, do ambiente ou de outros aspectos prejudicada por

distorções cognitivas de pensamento que estabelecem vícios na interpretação dos fatos e eventos. Esses equívocos no julgamento perceptual são denominados erros cognitivos, responsáveis por distorcer a percepção do sujeito quanto à realidade, reforçando suas crenças e causando sofrimento psíquico (OLIVEIRA, 2011).

Baseada nisso, a TCC irá trabalhar com a reestruturação cognitiva para transformar a maneira como o sujeito pensa e interpreta os acontecimentos e, conseqüentemente, o modo como se sente e se comporta em relação aos eventos (BECK, 2014). Para provocar essa reestruturação, de acordo com Oliveira (2011), o psicoterapeuta pode utilizar diversas técnicas previstas teoricamente na abordagem cognitivo-comportamental, tais como a identificação dos pensamentos automáticos, identificação de emoções e crenças, técnicas de resolução de problemas, dentre outras. Isso deve ser feito sempre de acordo com a necessidade do paciente baseada na formulação cognitiva do caso, em constante avaliação.

É a partir da reestruturação cognitiva que “[...] pode-se, então, passar à resolução de problemas e possibilitar as escolhas conscientes do paciente, tornando-o autônomo e senhor das suas decisões.” (OLIVEIRA, 2011, p. 32). Ou seja, à medida que a psicoterapia avança, o sujeito vai se conscientizando a respeito de seus pensamentos automáticos, aos quais anteriormente não conferia tanta atenção. Conseqüentemente, no decorrer das sessões, o cliente poderá acessar as crenças responsáveis por tais pensamentos, desenvolvendo junto ao terapeuta técnicas de enfrentamento baseadas na confrontação de suas crenças com a realidade. Por fim, a terapia cognitivo-comportamental caminha para uma independência do sujeito, conforme este consiga evocar as técnicas aprendidas durante as sessões sem auxílio.

1.2 A relação entre o desenvolvimento das crenças e a infância

De acordo com a definição de Pereira e Rangé (2011), as crenças centrais correspondem ao nível de cognições mais profundo, baseando sua origem nas experiências infantis. Essas crenças são de difícil acesso e modificação, assumindo um formato absolutista, rígido e inflexível a respeito daquilo que o sujeito pensa sobre si mesmo. Segundo o autor “[...] resultam da interação da natureza genética do indivíduo e de sua hipersensibilidade pessoal à rejeição, ao abandono, à oposição, às dificuldades

inerentes de se estar vivo e de componentes externos do seu ambiente [...]” (PEREIRA; RANGÉ, 2011, p. 20). Esses componentes ambientais apresentam a capacidade de reforçar ou amenizar fatores positivos ou negativos da natureza genética apresentada pelo sujeito. As crenças, portanto, correspondem a um nível mais profundo de cognição, que demanda uma atenção especial.

De acordo com Reinecke, Dattilio e Freeman (2009), o desenvolvimento cognitivo acontece em um contexto social - incluindo o desenvolvimento de possíveis crenças mal adaptativas - de forma que os processos de cognição são reforçados pelos participantes do ambiente da criança. Segundo os autores, o período da infância e a progressiva transição para a adolescência são contextos propícios para mudanças constantes e notáveis nas diversas habilidades adquiridas pelo sujeito, seja no campo físico, social, cognitivo, comportamental ou afetivo. As competências adquiridas durante essas fases, portanto, fundamentarão o funcionamento do sujeito na vida adulta (efetivo ou não). Desse modo,

[...] falhas no desenvolvimento dessas habilidades e competências podem expor a criança ao risco de problemas emocionais e comportamentais mais tarde. Infância e adolescência podem ser vistas, então, tanto como fases cruciais para a aquisição de habilidades adaptativas quanto como um período em que a trajetória de desenvolvimento do indivíduo pode ser mais facilmente influenciada. (REINECKE; DATTILIO; FREEMAN, 2009, p. 9)

Partindo desse pressuposto, a influência das experiências infantis na construção das estruturas subjetivas do sujeito é incontestável e utilizada para o contexto psicoterapêutico (PETERSEN, 2011). Devido a isso, são estudados os fenômenos presentes no desenvolvimento infantil que contribuem com a formação das estruturas cognitivas, levando em conta as vivências infantis no contexto de formação das crenças e esquemas do sujeito. Considerando que as crenças tem sua origem nas experiências durante a infância e se cristalizam com o decorrer do tempo através dos reforços que recebem nas interações do sujeito consigo mesmo, com o ambiente e com o outro, é possível compreender que tais interações serão cruciais no desenvolvimento infantil. De acordo com Piaget (1975, p. 73):

Quanto às relações entre a criança e as diferentes pessoas que a cercam, desempenham as mesmas um papel fundamental na formação dos sentimentos morais [...] É com efeito essencial que se compreenda que, se a criança traz consigo todos os elementos necessários à elaboração de uma consciência moral ou “razão prática”, bem como de uma consciência intelectual ou razão pura e simples, nem uma nem outra lhe são conferidas já prontas, no ponto de partida da evolução mental, e tanto uma quanto a outra se elaboram em estreita conexão

com o meio social: as relações da criança com os indivíduos dos quais depende serão pois, para falar claro, formadoras, e não se haverão de restringir, como geralmente se acredita, a exercer influências mais ou menos profundas, mas de qualquer forma acidentais relativamente à própria construção das realidades morais elementares.

Ou seja, apesar de o sujeito possuir características inatas que lhe conferem a capacidade ou não de elaborar consciência moral e intelectual (dependendo do desenvolvimento biológico saudável), essas características serão influenciadas pelo meio social. É na interação com as pessoas que a cercam que a criança obterá aprendizagens que serão posteriormente utilizadas em sua interação em outros ambientes. É importante ressaltar que os indivíduos citados como responsáveis pela criança são geralmente os pais, no entanto, qualquer pessoa que desempenhe este papel no desenvolvimento do sujeito estará influenciando positiva ou negativamente em seu amadurecimento. A infância é, portanto, um momento crucial para o crescimento saudável, uma vez que a criança é altamente sensível às interferências ambientais (HEINEN *et al.*, 2019). Corroborando com essas afirmações, Sousa e Tavares (2015, p. 11) esclarecem ainda que:

As crenças centrais são geralmente formadas na infância através das interações com pessoas significativas e da vivência de muitas situações que fortaleçam essa ideia. Elas podem estar relacionadas ao próprio indivíduo, às outras pessoas ou ao mundo, e são globais, generalizáveis e absolutas.

Essas crenças, conforme analisadas por Waters (1982 *apud* NEUFELD, 2017), possuem temáticas definidas em cada período evolutivo. Segundo o autor, as crenças irracionais na infância estariam centradas em demandas de amor incondicional e condições de vida cômoda, enquanto na adolescência a principal temática estaria envolvida com amor e aceitação, principalmente quanto a questões sociais. Desde as primeiras vivências, o sujeito busca efetivar seus próprios julgamentos globais, escolhendo experiências e ambientes condizentes com suas crenças sobre si mesmo (ROCHA; INGBERMAN; BREUS, 2011). Dessa forma,

No início da infância o autoconceito vai se desenvolvendo na medida em que a criança começa a colocar-se em categorias básicas, construídas principalmente com base em atributos físicos e coisas que é capaz de fazer, como por exemplo: idade, tamanho e gênero. O autoconceito vai tornando-se cada vez mais abstrato entre cinco e seis anos de idade, e aos oito anos a criança já pode ter um senso global do próprio valor (ROCHA; INGBERMAN; BREUS, 2011, p. 89).

Sendo assim, a abordagem cognitivo-comportamental considera a infância e o desenvolvimento como palco para a construção das percepções do sujeito. De acordo com Beck (2014), é a partir das interações com o mundo e com as outras pessoas que o

indivíduo será conduzido a essas compreensões e entendimentos que são denominados como crenças. Sua formação construída desde os primeiros estágios do desenvolvimento, de modo que cada pessoa precisa organizar sua experiência de maneira coerente para alcançar um funcionamento adaptativo. Quando esse funcionamento não é alcançado, dando lugar para as distorções, o sujeito poderá desenvolver psicopatologias futuramente (MEDEIROS, 2017).

Trazendo esses pressupostos para a clínica infantil, de acordo com Bunge, Gomar e Mandil (2012), é preciso considerar que principalmente na primeira infância, o sujeito ainda não é capaz de diferenciar pensamentos lógicos e ilógicos, ainda que lhe sejam indicadas as distorções. Dependendo da fase de desenvolvimento, nem mesmo poderá diferenciar emoções de pensamentos. Devido a isso, alguns autores consideram o pensamento alterado da criança como mal adaptativo e não como irracional ou disfuncional, visto que algumas modalidades de processamento, que no adulto seriam consideradas distorções cognitivas, são consideradas normais para certos níveis do amadurecimento. Sendo assim, o funcionamento desadaptativo presente na infância, apesar de não poder ser considerado patológico em diversos casos - de acordo com a fase do desenvolvimento - deve ser trabalhado, de modo a evitar sua manutenção. Caso contrário, esse modelo poderá originar pensamentos disfuncionais e crenças irracionais, cristalizando-se durante os demais estágios do amadurecimento e prejudicando o sujeito em seu modo de se relacionar consigo e com o mundo.

Se levado em conta o modelo proposto pela Terapia do Esquema, desenvolvido por Jeffrey Young e apresentado por Petersen e Wainer (2011), encontrar-se-ão alguns estágios pelos quais o ser humano passa durante o seu amadurecimento. Tais estágios estariam relacionados às principais necessidades da criança que precisam ser preenchidas durante um desenvolvimento normal, sendo estas ligadas à aceitação e pertencimento; competência e autonomia; limites realistas; necessidades e emoções de si e do outro; e expressão das emoções e sentimentos. Segundo os autores,

Quando essas etapas são concluídas de forma exitosa, ou seja, as necessidades da criança são supridas adequadamente, os esquemas iniciais que se formam são funcionais. Entretanto, quando há déficits e/ou outro tipo de problema em um deles, formam-se os Esquemas Iniciais Disfuncionais (EIDs). [...] Em cada domínio esquemático são desenvolvidos alguns EIDs específicos. Por exemplo, no domínio de aceitação e pertencimento, pode ocorrer o esquema de abandono ou de abuso. Já no domínio de competência e autonomia, podem ser criados os EIDs de vulnerabilidade ou de dependência. (PETERSEN; WAINER, 2011, p. 63-64)

É importante citar que, pensando nisso, a psicoterapia cognitivo-comportamental voltada para crianças e adolescentes, automaticamente assume os pais/genitores/responsáveis como coclientes do processo. Segundo Friedberg e McClure (2007, p. 29), o psicoterapeuta infantil investiga os relacionamentos familiares, buscando informações a respeito das práticas disciplinares utilizadas, das estratégias de criação e controle de comportamento usadas e do estilo parental característico. Isso se deve justamente ao fato de que as raízes das crenças e, conseqüentemente, dos pensamentos, emoções e comportamentos da criança estão ligados às suas vivências familiares. Um exemplo prático que pode ser citado, diz respeito à atitude dos pais ao resolverem problemas pelos filhos sem permitir que estes o façam por si mesmos, ainda que com dificuldades. Para Wright *et al.* (2019), esse comportamento impede o desenvolvimento da autoconfiança e competência para solucionar situações futuras, o que poderia reforçar crenças relacionadas à incapacidade.

A influência parental é tão significativa que os teóricos defendem a participação ativa da família na psicoterapia infantil. De acordo com Bunge, Gomar e Mandil (2012), as crianças são dependentes de seus pais ou responsáveis, tendo seus esquemas cognitivos ainda em desenvolvimento altamente suscetíveis à influência dessas figuras. Dessa maneira, o terapeuta pode fazer uso da intervenção com a família para facilitar o trabalho terapêutico, uma vez que os pais podem contribuir com a aquisição de aprendizados e modelar condutas adaptativas. Isso ocorre porque muitas vezes o comportamento problemático da criança pode ser sustentado através das crenças disfuncionais dos próprios pais, que atuam constantemente reforçando ou punindo as condutas infantis, ainda que este processo não lhes seja totalmente consciente. Os autores refletem ainda a respeito das expectativas parentais, as quais podem gerar respostas negativas na criança. Ou seja:

[...] ao incorporar as figuras significativas na criação da criança, pretendemos potencializar e generalizar os resultados nos ambientes usuais onde os problemas se apresentam. Habilitar os pais como coterapeutas tende a transformar o lar em um contexto terapêutico onde os aprendizados conjuntos continuarão. (BUNGE; GOMAR; MANDIL, 2012, p. 24)

O fato de o comportamento parental também ser um alvo da intervenção psicoterapêutica infantil devido a sua influência no desenvolvimento da criança só comprova o quão crucial é a infância para o desenvolvimento das crenças que o sujeito carregará para a vida adulta. Levando todos estes aspectos em consideração, compreende-se que a infância é um período altamente importante no que diz respeito ao

desenvolvimento das crenças que irão reger os pensamentos, emoções e comportamentos do sujeito. A criança construirá seu repertório socioemocional através das relações e interações formuladas no contexto familiar e no grupo de pares (FREITAS, 2015). Isso torna a relação parental (focalizada neste estudo) passível de investigação, de modo a compreender quais tipos de conduta dos pais/responsáveis podem ser mantidas e quais devem ser abandonadas, evitando prejuízos à saúde mental do sujeito.

2 A INFLUÊNCIA PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO DE CRENÇAS

2.1 Os estilos parentais estudados pela Psicologia

Segundo Rinhel-Silva, Constantino e Rondini (2012), muitas questões têm surgido a respeito das relações familiares, corroborando com a ideia de que tem ocorrido uma mudança nos valores e os pais passaram a demonstrar muita dificuldade em lidar com a educação dos filhos, principalmente no que se refere ao estabelecimento de limites. Fica evidente que eles não conseguem encontrar um equilíbrio, deixando de colocar limites por medo de traumatizar. Esse tem sido um grande dilema que envolve estudos na área do desenvolvimento e educação, uma vez que a conduta parental se relaciona diretamente com a definição de regras e normas que facilitarão a construção de um referencial de atitudes pela criança, o qual é desenvolvido por meio do olhar e comportamento do adulto.

De acordo com Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva (2016, p. 5), “Existe uma vasta literatura em Psicologia do Desenvolvimento que descreve e discute características comportamentais dos pais que favoreceriam ou prejudicariam o desenvolvimento socioemocional ao longo da infância e da adolescência.” Tais características comportamentais podem ser reunidas sob diferentes conjuntos de práticas adotadas, que formam os chamados estilos parentais. Esses estilos concernem a uma gama de ações, comportamentos não verbais, expressões dirigidas à criança que, quando combinadas, constituem um modo de interação entre pais e filhos (DARLING; STEINBERG; 1993). Ou seja, as práticas adotadas pelos pais em relação aos filhos caracterizarão diferentes estilos parentais, responsáveis por estabelecer diferentes modos relacionais e desencadear diferentes respostas e consequências no comportamento e desenvolvimento infantil.

Dentre os diversos estudos existentes abarcando este tema, uma das grandes contribuições é atribuída a Baumrind (1966). A autora focalizou a variação da intensidade da autoridade dos pais sobre o desenvolvimento infantil, reunindo aspectos do comportamento e da afetividade na criação dos filhos. Dessa forma, ela aprofundou suas pesquisas procurando saber quais as consequências que o controle parental poderia exercer sobre o desenvolvimento das crianças. Como desfecho desses estudos foram diferenciados três estilos de controle parental: autoritário, permissivo e autoritativo (RINHEL-SILVA; CONSTANTINO; RONDINI; 2012). Os pais permissivos são aqueles que se comportam de maneira não punitiva, aceitante e afirmativa diante dos impulsos, desejos e comportamentos da criança. Esse estilo parental enxerga a disciplina como um fator repressor, não exercendo controle ou impondo limites à conduta da criança. Pelo contrário, o adulto

[...] se apresenta à criança como um recurso para ela usar como quiser, não como um ideal para imitar, nem como um agente ativo responsável por moldar ou alterar seu comportamento atual ou futuro. Permite que a criança regule suas próprias atividades tanto quanto possível, evita o exercício de controle e não a incentiva a obedecer a padrões definidos externamente. (BAUMRIND, 1966, p. 889, tradução minha)

Oposto ao estilo permissivo, Baumrind (1966), definiu o estilo autoritário, que tenta moldar e controlar o comportamento da criança de acordo com o padrão de conduta que o genitor acredita ser o correto. Esse estilo parental valoriza a obediência como uma virtude e favorece medidas punitivas como forma de contenção das ações da criança que entram em conflito com o que os pais acreditam ser a conduta correta. Acredita-se que a criança deve ser mantida em “seu lugar”, através da restrição de autonomia e atribuição de responsabilidades. Na perspectiva desse estilo parental a disciplina é vista como uma prioridade em detrimento do afeto, não existe espaço para a autonomia e individualidade da criança, sendo extinta a comunicação aberta, sem consideração do ponto de vista infantil (SÁ, 2017).

No que concerne ao estilo autoritativo, por fim, consiste num conjunto de práticas que busca direcionar as atividades da criança de maneira racional, compartilhando com ela o raciocínio existente por trás do modo de agir do adulto e buscando compreender as motivações infantis quando há uma recusa a obedecer (CERQUEIRA, 2017). Os pais autoritativos valorizam tanto a autonomia e a vontade própria quanto a obediência e a disciplina, exercendo controle sem restringir a criança. Ou seja, nos pontos em que diverge da criança, o adulto se mantém firme, mas sempre levando em consideração os

interesses infantis e buscando produzir uma compreensão por parte da criança em relação às medidas adotadas. Na perspectiva desse modelo parental, a criança é valorizada em suas qualidades, mas também são estabelecidos padrões para a conduta futura.

De acordo com Cassoni (2013), as pesquisas relacionadas ao tema seguiram essa definição por vários anos, até que novos estudos surgiram trazendo à tona a compreensão de duas dimensões primordiais para as práticas educativas parentais: “exigência” e “responsividade”. Usando essas duas dimensões, Maccoby e Martin (1983, *apud* CASSONI, 2013), reformularam os estudos a respeito dos estilos parentais. Segundo os autores, a dimensão definida como exigência corresponde às práticas dos pais que procuram estabelecer o controle do comportamento infantil, colocando limites e regras. Quanto à responsividade, abarca as atitudes que procuram viabilizar o aperfeiçoamento da autonomia e autoafirmação por intermédio do apoio emocional e de uma comunicação mútua. A partir das variações e combinações entre essas duas dimensões, os autores propuseram quatro estilos parentais: autoritativo, autoritário, indulgente e negligente, sendo os dois últimos subdivisões do estilo permissivo definido inicialmente.

Conforme a diferenciação apresentada por Valentini e Alchieri (2009), os estilos autoritário e autoritativo são bastante semelhantes em ambas as propostas, havendo apenas uma sutil diferença que se dá por meio dos mecanismos utilizados como referenciais para a classificação do comportamento parental. A grande diferença, entretanto, pode ser observada pelo fracionamento do estilo permissivo em dois outros estilos. Segundo Patias *et al.*, (2018), o estilo indulgente é um resultado da associação entre baixo nível de exigência e alto nível de responsividade, o que estaria bastante próximo do estilo permissivo definido por Baumrind, tratando-se de práticas que favorecem o atendimento aos desejos da criança sem determinação de limites e regras. Por sua vez o estilo negligente, como uma nova definição, é caracterizado por baixos níveis tanto de responsividade quanto de exigência, resultando em pais que apresentam pouco envolvimento na socialização da criança, parecendo focar mais em seus próprios interesses e respondendo somente às necessidades mais básicas de sobrevivência dos filhos. Sendo assim, a tipologia dos estilos parentais definida por Maccoby e Martin pode ser resumida de acordo com as palavras de Costa, Teixeira e Gomes (2000, p. 466):

Pais com elevada responsividade e exigência são classificados como autoritativos; já aqueles que apresentam baixa responsividade e exigência são tidos como negligentes. Pais muito responsivos, mas pouco exigentes são categorizados como indulgentes, enquanto os muito exigentes e pouco responsivos são tidos como autoritários.

Outro estudo que se destacou no meio relacionado aos estilos parentais foi a criação do Inventário de Estilos Parentais (IEP). De acordo com Sampaio e Gomide (2007), existem sete práticas educativas componentes do Estilo Parental, apenas duas favoráveis à emergência de comportamentos pró-sociais (a monitoria positiva e o comportamento moral) e cinco delas estando ligadas ao desenvolvimento de atitudes antissociais (o abuso físico, a punição inconsistente, a disciplina relaxada, a monitoria negativa e a negligência). De acordo com essa definição, a monitoria positiva se caracteriza como uma gama de práticas que abrangem a preocupação e o conhecimento parental sobre as atividades desempenhadas pelos filhos, bem como as demonstrações de carinho relacionadas à necessidade da criança. Já o comportamento moral está relacionado a um modelo educativo em que os pais ensinam valores, ensinando a criança a diferenciar o que é certo ou errado através de modelos positivos envolvidos por uma relação de afeto.

Dentro do campo de práticas relacionadas ao comportamento antissocial, a negligência corresponde à atitude desatenta dos pais às necessidades dos filhos, abstendo-se das responsabilidades parentais e omitindo auxílio, numa interação carente de afeto. A punição inconsistente se refere ao reforço ou punição de acordo com o bom ou mau humor dos pais, sem necessariamente se relacionar à atitude da criança. A monitoria negativa é a excessiva supervisão dos pais sobre os filhos, abarcando uma série de orientações repetitivas. Já a disciplina relaxada se caracteriza pelo não cumprimento das regras pelos próprios pais, ou seja, os pais não aplicam as consequências determinadas por eles mesmos quando a criança apresenta comportamentos opostos. Por fim, o abuso físico abrange quaisquer atitudes parentais que causem dor à criança com a justificativa de educar. A partir dessa gama de possibilidades de comportamento parental, os pais irão contribuir para significativa influência sobre o desenvolvimento infantil, produzindo diferentes consequências.

2.2 A influência das práticas educativas sobre as crenças infantis

As crenças comuns na infância, de acordo com Vermon (1998, *apud* PETERSEN; WAINER, 2011), estão relacionadas à aprovação e amor por parte das pessoas que são importantes para a criança; à necessidade de possuir tudo o que deseja; e à necessidade de estar constantemente recreado e confortável. Já as crenças irracionais mais ocorrentes são o temor de não agradar alguém; a crença de que cometer erros está diretamente relacionado a ser incapaz ou mau; acreditar que as situações devem ser sempre prazerosas, tendo e fazendo tudo o que deseja; e experienciar a espera ou aborrecimentos como algo terrível. Há ainda as crenças relacionadas à vida acadêmica, abrangendo o dever de ser perfeito, não cometer erros, acreditar ser um perdedor e experienciar a rejeição dos outros como diretamente relacionada às próprias falhas. Tais crenças, de acordo com Azevedo e Lemos (2018, p. 54)

[...] são desenvolvidas ainda na infância por meio de interações do indivíduo com outras pessoas também na vivência de ocasiões que fortaleçam uma ideia do tipo: “você é uma criança boa ou má, organizada ou desorganizada, querida ou rejeitada”. Tais crenças podem ser formadas a partir de si, dos outros ou do mundo que cerca a pessoa.

Segundo Osório (2017), as crianças estão mais suscetíveis a internalizar essas crenças sem qualquer tipo de senso crítico, de modo que os eventos experienciados na infância são absolutamente significativos para a construção das percepções sobre a realidade. É inegável, portanto, que o tipo de conduta optado pelos pais irá influenciar diretamente na construção das crenças infantis, sendo os pais um modelo quase inquestionável durante a primeira infância, o que pode gerar diversas consequências.

Nesse sentido, algumas práticas parentais podem ser classificadas como fatores de risco - comunicação negativa, punição física, atmosfera conjugal negativa, regras inconsistentes e ausência de monitoria -, enquanto outras se constituem fatores de proteção - envolvimento, comunicação positiva, relacionamento afetivo, atmosfera conjugal harmoniosa, modelos adequados, regras e monitoria -, pois concorrem para criar sentimentos positivos por parte das crianças, tanto em relação aos pais como em relação a si mesmas (LOOS; CASSEMIRO; 2010, p. 295-296).

De acordo com Azevedo e Lemos (2018), as crenças desenvolvidas na infância podem ser aceitas e mantidas por muito tempo, mesmo que sua origem seja de cunho irracional, exercendo incisiva influência inclusive para aspectos clínicos do sujeito, que implicarão em sua saúde. Segundo os autores, o lugar que as crenças ocupam na mente é uma posição de certeza ou verdade, ainda que sem comprovações. Sendo assim, o sujeito pode manter-se em aparentes situações de segurança, amor e poder; mas

também pode ser afetado em sua percepção de si mesmo negativamente, uma vez que “A forma como o indivíduo se vê é essencial para que ele consiga se olhar no espelho do outro e do mundo, encarar os problemas, entender seus sentimentos e os dos outros, valorizar e ser valorizado, elogiar e receber elogios” (AZEVEDO; LEMOS, 2018, p.)

Beck (2014) aborda o exemplo de sua paciente Sally, descrevendo o processo terapêutico. A autora relata o comportamento da mãe de Sally, que durante a infância da menina frequentemente lhe criticava e fazia comparações a seu respeito de modo bastante autoritário. Consequentemente, Sally passou a se comparar com seus pares e desenvolveu crenças a respeito de si relacionadas à incapacidade. Reafirmando essa exemplificação, Loos e Cassemiro (2010), em seus estudos sobre crenças autorreferenciadas, chegaram à conclusão de que quanto maior a exposição da criança a comunicações e críticas negativas, “[...] xingamentos, ameaças ou gritos dirigidos a eles, mais negativamente tendem a se desenvolver seu autoconceito [...] e sua autoestima. (LOOS; CASSEMIRO, 2010, p.301). Os autores afirmam ainda que a punição acarreta em efeitos contrários ao esperado, estando diretamente relacionada a uma visão negativa das características físicas e emocionais, gerando felicidade e satisfação diminuídas.

Em seus estudos, Rocha, Ingberman e Breus (2011) observaram ainda que as práticas parentais consideradas positivas, tais como instruções claras, incentivo e contato físico não aversivo estão ligados a um autoconceito positivo; enquanto práticas interacionais coercitivas, como por exemplo orientações confusas, contato físico aversivo e incentivo aversivo se relacionam ao desenvolvimento de um autoconceito inferior ao de crianças que receberam práticas positivas. Dessa forma, as autoras concluíram que o ambiente coercitivo influencia negativamente, não apenas no autoconceito da criança, como também em seu desenvolvimento global.

Corroborando com essas afirmações, Baumrind (1966), fez observações contundentes a respeito de algumas proposições relacionadas às práticas educativas parentais. Segundo a autora, a punição apresenta inevitáveis efeitos prejudiciais e não é eficaz para controlar o comportamento infantil. Além disso, as práticas de controle excessivo provocam rebeldia e inibem o impulso criativo, gerando dependência. Em contrapartida, o afeto e envolvimento, demonstração de importância, carinho, apoio – ainda que a criança não se saia bem em alguma situação – e interesse em seus sentimentos, combinados a um monitoramento saudável e estabelecimento de regras, são percebidos positivamente pela criança e contribuem para o desenvolvimento favorável do

autoconceito e autoestima (LOOS; CASSEMIRO, 2010). Práticas como conversas pacíficas e abordagens indutivas frente aos embates de cunho disciplinar são apresentadas por Mondin (2008) como um canal para suscitar nas crianças um entendimento respeitoso diante de pontos de vista divergentes e a crença de que há possibilidade de solucionar conflitos através de meios não aversivos.

Ou seja, enquanto os pais que atuam de modo autoritário, utilizando práticas aversivas para controle do comportamento infantil, tendem a gerar na criança pensamentos e crenças negativas sobre si mesma, relacionadas a incapacidade e ineficiência, conseqüentemente produzindo ansiedade; os pais que agem de modo equilibrado, dando suporte e acolhimento, influenciam no desenvolvimento de crenças autorreferenciadas positivas, garantindo um ambiente de aceitação da criança, – ainda que não sejam aceitos os seus comportamentos – e aberto à tentativa e erro, de modo que a criança compreende que não será rejeitada por conta de suas falhas, mas que será acolhida e orientada, de modo a passar pelas fases de seu desenvolvimento de forma mais tranquila, aprendendo sem se sentir pressionada.

De acordo com Sá (2017), dentre a tríade de estilos parentais proposta inicialmente, o estilo autoritativo é o mais recomendado para gerenciar as práticas educativas. Isso porque os pais que seguem esse modelo de comportamento levam em consideração aspectos cognitivos, emocionais e sociais que serão importantes e necessários para que a criança se desenvolva de forma ajustada e saudável. Por outro lado, Bonamigo (2013) afirma que ameaças e castigos marcam o desenvolvimento da criança de diversas formas, enquanto uma disciplina relaxada representa a falta de rigor dos pais e de normas para a criança. Já o modelo de educação que transita pelas duas abordagens, sem se manter em nenhuma, demonstra inconsistência, contribuindo para uma convivência ineficaz que prejudica emocionalmente a família.

3 PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS: CONSEQUÊNCIAS E INTERVENÇÃO

3.1 Consequências relacionadas às práticas educativas parentais

De acordo com Santos e Oliveira (2019) os pais, de maneira geral, desejam coisas semelhantes a respeito de seus filhos como, por exemplo, que tenham confiança em si mesmos, sejam felizes, desenvolvam responsabilidade, autocontrole, autoestima e

habilidades sociais adequadas. No entanto, para que isso seja alcançado, é necessário dispor de uma atenção especial às práticas que são utilizadas na educação. Nesse aspecto, porém, os pais divergem bastante, havendo os que adotam práticas coercitivas, fazendo uso da força e poder; aqueles que optam por ser indutivos, direcionando a criança a compreensão das consequências advindas de seu comportamento; e ainda os que acabam agindo de modo permissivo, exercendo pouco controle e demonstrando alto nível de tolerância. Uma vez que essas práticas parentais adotadas de acordo com cada estilo influenciam no desenvolvimento das percepções sobre si mesmo e sobre os outros, elas também influenciarão nos mais diversos aspectos da vida do sujeito.

Muitos autores no decorrer dos anos pesquisaram a respeito das práticas parentais relacionadas a variadas consequências. Neto e Badarô (2019), por exemplo, analisaram a relação entre os Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) construídos durante a infância e o desenvolvimento de padrões de comportamento disfuncionais em crianças e adolescentes. De acordo com os autores, as relações parentais podem atuar na manutenção dos comportamentos infantis, de modo que a criança internaliza o padrão de socialização utilizado pelos pais e o reproduz em outros contextos. Portanto, o tipo de vínculo construído entre pais e filhos desenvolve representações internas nas crianças, que são expressas por meio dos seus comportamentos. Crianças que desenvolvem um apego ansioso e evitativo em relação aos cuidadores, por exemplo, tendem a apresentar comportamentos disfuncionais como agressividade na resolução de conflitos, impulsividade e baixa empatia com seus pares.

Corroborando com isso, Freitas (2015) desenvolveu um estudo sobre habilidades sociais educativas e problemas externalizantes na infância. Segundo suas pesquisas, quando são usadas práticas coercitivas (bater, retirar privilégios, repreender verbalmente, colocar de castigo), a intenção dos pais é interromper os comportamentos considerados inadequados. Porém, apesar de eliminar tais comportamentos – em curto prazo – ao fazer isso, os pais deixam de apresentar um modelo adequado de proceder para a criança, favorecendo a aquisição dos problemas externalizantes. Além disso, procedendo dessa forma, os cuidadores podem causar o desenvolvimento de respostas emocionais aversivas a eles, prejudicando o relacionamento entre pais e filhos. Complementando esse estudo, Smith *et. al* (2014), pesquisaram a relação entre práticas coercitivas na família e comportamento opositivo/agressivo na primeira infância. Os autores observaram que altos níveis de interações coercitivas em casa aumentam a probabilidade de os

professores vivenciarem comportamentos semelhantes em sala de aula. Isso pode resultar na rejeição da criança por seus pares, iniciando-se uma trajetória negativa em direção a problemas antissociais posteriores.

Essa trajetória pode envolver problemas muito pontuais, conforme a pesquisa elaborada por Mallman, Lisboa e Calza (2017), que demonstraram, através do Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes, que os adolescentes vítimas e praticantes de *cyberbullying* apresentam alto índice de esquemas iniciais desadaptativos (formados durante a infância) se comparados aos adolescentes que não estão envolvidos com essas práticas. Os autores apontam que os comportamentos de agressão virtual dos adolescentes se relacionam a esquemas de grandiosidade; desconfiança e abuso; inflexibilidade e postura crítica; pessimismo e negativismo; busca por aprovação e reconhecimento. A prática do *bullying* poderia funcionar, de acordo com os autores, como uma compensação para o esquema de abuso, através da qual se utiliza a agressão a um terceiro como forma de enfrentar a própria experiência. Outro estudo muito interessante e pontual, desenvolvido por Borges e Dell'Aglio (2020), analisou a influência da exposição aos maus tratos durante a infância na posterior reprodução da violência física em relações afetivas. Os maus tratos experienciados durante a infância foram relacionados a esquemas iniciais desadaptativos de rejeição, os mesmos que estão ligados à violência física praticada e sofrida nos relacionamentos afetivos.

Ao mesmo tempo em que as práticas parentais se relacionam com problemas de ampla magnitude - que envolvem pessoas de fora do contexto familiar – são também altamente influentes nos hábitos particulares da criança/adolescente, interferindo diretamente nas mais simples atividades. Isso pode ser verificado através do estudo sobre os comportamentos alimentares que, segundo Huçalo e Ivatiuk (2017), apresentam relação com as práticas educativas parentais. A pesquisa afirma que a monitoria positiva colabora para o desenvolvimento do interesse pela diversidade de alimentos e prazer na alimentação. Já a punição inconsistente foi apontada como promotora da sobreingestão emocional (comer além do comum devido à alteração emocional) e redutora do prazer na alimentação; enquanto o abuso físico contribui para a subingestão emocional. Por meio dessa multiplicidade de fatores relacionados aos estilos e práticas educativas parentais pode-se constatar que as crenças e esquemas construídos durante a infância, sob a mediação parental, servirão como base para o modelo de enfrentamento – adaptativo ou não - que será adotado diante das mais diversas situações vivenciadas pelo sujeito.

Esse modelo de enfrentamento poderá servir como fator de prevenção ou não, conforme a pesquisa desenvolvida por Medeiros (2017). A autora realizou um estudo analisando a inteligência emocional desenvolvida na infância como fator preventivo ao desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta. Pôde-se verificar ao final da pesquisa que o grupo de pessoas que possuíam um diagnóstico psicopatológico apresentou um percentual maior de experiências traumáticas durante a infância em relação ao grupo que não possuía o diagnóstico. Portanto, as crianças que passam por eventos traumáticos estão mais propensas a desenvolver psicopatologias na fase adulta. Contribuindo com o tema, Vatanasin *et al.* (2012) analisaram a habilidade para resolução de problemas, constatando que os sujeitos que apresentaram menor índice de sintomas depressivos foram os mesmos que atestaram uma melhor relação com os pais. Os autores afirmam que indivíduos que possuem menos relações sociais desenvolvem esquemas distorcidos, que produzem pensamentos automáticos de cunho negativo e colaboram para uma tendência ao desenvolvimento da depressão. Por outro lado, o cuidado parental estaria relacionado à capacidade infantil de envolvimento com atividades que promovam estratégias de enfrentamento eficazes.

Ampliando o olhar sobre as práticas parentais como influentes na vida escolar, o estudo realizado por Santos *et al.* (2014), demonstra a relação entre os estilos parentais e o compromisso com as atividades acadêmicas. Segundo os autores, foi constatada uma correlação positiva entre a dimensão “responsividade” e o engajamento escolar, enquanto a “dimensão” exigência não demonstrou correlação. Sendo assim, compreendeu-se que quando há sensibilidade às necessidades da criança, apoio, afeto, participação na vida escolar, valorização da autoexpressão e incentivo da autonomia, os filhos experienciam sentimento de valorização, segurança e capacidade. Isso faz com que se sintam apoiados emocionalmente, aprimorando a autoestima e a motivação. Em contrapartida, a cobrança em excesso, a falta de afeto, o distanciamento dos pais e a ausência de diálogo não são vistos como facilitadores de um bom desempenho escolar. Ou seja, o tipo de relação parental caracterizado pela responsividade viabiliza o engajamento escolar, inclusive proporcionando felicidade na realização das tarefas. Corroborando com essas informações, o estudo de Fonsêca *et al.* (2014) confirmou que a responsividade dos pais influencia na construção das rotinas de estudo dos adolescentes, enquanto a exigência não apresenta relação com os hábitos de estudo. Segundo os autores, os estilos

permissivo e autoritativo estariam ligados à construção de uma reflexão a respeito da organização para os estudos.

Além da vida acadêmica, a influência das práticas parentais se estende também para o ambiente profissional. Murgu, Barros e Sena (2018), realizaram estudos sobre a relação entre os estilos parentais, os interesses profissionais e a indecisão. Os autores constataram em sua pesquisa que quanto menor a responsividade percebida pelos adolescentes nos genitores paternos, mais interesse demonstram por ocupações empreendedoras. Observaram também que a exigência dos pais está relacionada à busca por ocupações prestigiadas socialmente, no entanto, quanto maior o controle exercido pelos pais através de cobranças e normas, menor tende a ser a autoestima, contribuindo para uma dificuldade para tomar decisões profissionais. Ou seja, ao mesmo tempo em que a exigência dos pais impulsiona para a busca por uma ocupação de prestígio social, também faz com que o adolescente se sinta inseguro e interfere em sua capacidade de decidir. Em contrapartida, os sujeitos que apresentaram menor dificuldade para tomar decisões são os que relataram percepções ligadas à responsividade materna, vendo as mães como compreensivas, abertas ao diálogo e como fonte de apoio emocional.

Enfim, a influência parental no desenvolvimento infantil irá abranger os mais diversos aspectos, de modo que cada estilo parental contribuirá para a formação de diferentes características pessoais. Segundo Ferreira (2019), pais democráticos ou autoritativos tendem a criar filhos confiantes e menos problemáticos, enquanto os pais negligentes causam maior sofrimento psicológico. Já os pais autoritários, apesar de criarem filhos obedientes, com bom desempenho acadêmico e com mínimo envolvimento em atividades desviantes, contribuem para baixa autoconfiança e baixa autoestima. Por fim, os pais permissivos estariam relacionados à educação de filhos que são autoconfiantes e competentes, mas apresentam maior envolvimento em má conduta escolar e uso de álcool e drogas.

3.2 Intervenção na perspectiva cognitivo-comportamental

Pureza *et al.* (2014) afirmam que se tornou cada vez mais recorrente a chegada de crianças e adolescentes nas clínicas de psicologia em busca de ajuda para solucionar dificuldades emocionais e comportamentais. Diante disso, as autoras apontam a

necessidade de uma compreensão ampla do terapeuta com relação ao funcionamento da criança nos mais diversos contextos em que está inserida, facilitando a identificação dos fatores responsáveis por dificultar a adaptabilidade. O terapeuta precisa reunir informações referentes ao desenvolvimento e a percepção que a criança possui sobre si mesma e sobre os outros, bem como a percepção da família com relação a criança, analisando crenças, estratégias e consequências presentes nas diferentes situações vivenciadas. A partir disso, as autoras apontam a importância de envolver os pais no processo terapêutico, sendo esse vínculo uma ferramenta valiosa para o atendimento, já que os pais atuam como uma fonte de dados para o psicólogo, bem como agentes de transformação no cotidiano da criança. Os pais podem participar do tratamento dos filhos de variadas maneiras, sendo que

[...] ao participarem do atendimento da criança ou do adolescente, podem desempenhar diferentes papéis no tratamento: facilitadores – a intervenção é predominantemente focada na criança, e os pais são envolvidos apenas para tomarem consciência das intervenções que estão sendo realizadas com as crianças; coclínicos – o papel dos pais é mais ativo no tratamento, com a finalidade de entender a intervenção, acompanhar e fiscalizar o uso de estratégias clínicas e auxiliar na realização do atendimento; clientes – o foco do tratamento será direto no funcionamento cognitivo e comportamental dos pais, e estes serão ajudados a reavaliar suas crenças sobre os filhos e mudar seus padrões comportamentais. (PUREZA *et al.*, 2014, p. 91)

Pensando nos estilos e práticas parentais como influentes fatores no desenvolvimento infantil, essa última modalidade de intervenção seria a mais interessante para a linha de pesquisa apresentada neste estudo. Tal intervenção é defendida por Patias, Siqueira e Dias (2013), justificando que algumas das práticas educativas podem ser consideradas fatores de risco, apresentando-se como condições ligadas a alta probabilidade de existência de características negativas ou não desejadas no desenvolvimento infanto-juvenil. Em contrapartida, há práticas que funcionarão como fatores protetivos ao desenvolvimento saudável, no entanto nem todos os pais dispõem de habilidades sociais ou conhecem as práticas e atitudes mais adequadas para promover a educação de seus filhos. Muitos progenitores apresentam ideias bastante tradicionais, como por exemplo a punição física relacionada à educação, dificultando a aplicação de práticas mais efetivas. Para os autores, isso evidencia a importância da aprendizagem de métodos mais adequados de educar, de forma que os psicólogos devem oferecer programas de suporte aos pais que ensinem essas estratégias. Esse tipo de programa funciona como uma forma de ajudar os pais a se sentirem mais seguros

para lidar com os desafios cotidianos, sendo também fundamentais para garantir uma infância mais segura (GUISO; BOLZE; VIERA, 2019).

Em concordância com esse pensamento, Friedberg e McClure (2007) apontam que o tratamento psicoterápico infantil só é possível em trabalho conjunto com os adultos, uma vez que os problemas infantis acontecem com maior frequência fora da clínica. Sendo assim, a modificação do ambiente da criança é viabilizada somente com a associação entre pais e terapeuta, evitando a emissão de sinais confusos para a criança. A partir desse trabalho conjunto, o terapeuta poderá ensinar aos pais métodos de definição dos problemas, aumento dos comportamentos desejáveis, formas efetivas de dar ordens ou instruções e modos adequados de lidar com os comportamentos indesejados. Ainda corroborando com esses apontamentos, Carneiro e Oliveira (2013) afirmam, com base em seus estudos, que a percepção dos estilos parentais interfere no desenvolvimento das habilidades sociais das pessoas. Dessa forma, devem ser consideradas ações de prevenção com foco nos pais, de modo a fornecer conhecimentos acerca dos estilos parentais, bem como da construção das habilidades sociais. “Isto, talvez, signifique um processo de munir os pais com conhecimentos específicos e habilidades que lhes permitam promover o desenvolvimento e a competência social de suas crianças” (CARNEIRO, OLIVEIRA, 2013, p. 64-65).

O treinamento de pais, como é chamado, é definido por Pinheiro e Haase (2012), como um programa de orientação que utiliza princípios da análise comportamental e da psicologia cognitiva para compor uma gama de compreensões e atitudes que serão empregadas pelos pais ao lidar com os comportamentos problemáticos das crianças, sendo orientados pelo terapeuta. Segundo os autores, essa tem sido a intervenção que dispõe de maiores evidências empíricas referentes ao tratamento de problemas comportamentais infantis. Isso ocorre porque o comportamento infantil precisa ser modificado primeiro dentro do contexto natural (cotidiano familiar), para posteriormente ser generalizado e reproduzido em outros ambientes, sendo necessário também evitar a aprendizagem dos comportamentos indesejáveis. A falta dos recursos necessários e mais indicados para lidar com cada situação pode gerar uma defasagem na condução do processo de ensino-aprendizagem entre pais e filhos, fato que aponta o treinamento de pais como uma intervenção bastante indicada, uma vez que

Em seus variados formatos – palestras psicoeducativas, programas de orientação/treinamento individual e programas estruturados para serem trabalhados em grupo –, os programas de treinamento de pais abordam uma

diversidade de problemas de comportamento infantil. (PINHEIRO; HAASE, 2012, p. 251)

Corroborando com essa citação, Neufeld *et al.* (2018) apontam que a orientação parental pode ocorrer em grupos, aplicada com objetivo de realizar intervenções no contexto familiar, identificando os fatores de manutenção dos comportamentos-problema dos filhos e conseqüentemente produzindo a transformação dos estilos parentais envolvidos às habilidades sociais infantis. Realizando um estudo da aplicação desse modelo interventivo, as autoras concluíram que os pais que passaram pelo grupo de orientação demonstraram mudanças significativamente positivas em seus estilos parentais, aumentando seu conjunto de estratégias educativas. Bolsoni-Silva e Borelli (2012), também realizaram estudos aplicando o treinamento parental em grupos, sendo um grupo que recebeu a intervenção uma vez por semana e o outro duas vezes por semana. As autoras chegaram empiricamente à conclusão de que ambos os grupos obtiveram melhorias através do treinamento, tendo o primeiro grupo alcançado melhora nas habilidades sociais educativas parentais e, conseqüentemente, nas habilidades sociais dos filhos. Já o segundo grupo experimentou diminuição das práticas negativas dos pais e também nos problemas de comportamento dos filhos.

Pinheiro, Camargos Jr. e Haase (2005) apontam que o programa de treinamento de pais pode ser realizado tanto em grupo como com uma única família, sempre objetivando desenvolver competências parentais e trabalhar as características deficitárias das crianças em seu ambiente natural. Essa abordagem favorece a generalização dos comportamentos aprendidos pela criança e demonstra aos pais como o comportamento infantil pode ser mediado pelas práticas parentais. No trabalho individual é necessário evidenciar as características familiares, enquanto no programa de grupos é importante dar prioridade aos padrões mais abrangentes de comportamento. Em ambos os casos, o programa tem início após uma cuidadosa avaliação diagnóstica tanto da criança – abrangendo os componentes comuns da avaliação psicológica - quanto da família, na qual devem ser considerados o estilo parental, a estrutura e relações familiares, as habilidades sociais educativas empregadas pelos pais, dentre outras características.

Quanto a estrutura do programa, os autores definem um total de até dez sessões, que são iniciadas com a abordagem de informações sobre as causas dos comportamentos indesejados, bem como orientações acerca de métodos não coercitivos. O treinamento pode ser aplicado para auxiliar no tratamento de problemas externalizantes

comuns à maioria das crianças ou ainda em casos pontuais de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, por exemplo. De modo geral, a ideia do programa é promover o desenvolvimento de uma atitude mais positiva dos pais com relação aos filhos, amenizando o ambiente familiar. Com esse objetivo, “São utilizadas técnicas de atenção positiva, reforçamento diferencial aos comportamentos obedientes, ordens efetivas, economia de fichas, suspensão, antecipação de problemas e trabalho colaborativo entre pais e educadores” (PINHEIRO; CAMARGOS JR.; HAASE, p. 958-959). Ao final do tratamento, a avaliação psicológica da criança e da família é refeita com objetivo de analisar os efeitos do treinamento e a necessidade de orientações complementares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, ficou claro que a compreensão a respeito da influência parental como interferente no processo de desenvolvimento infantil é um fator primordial para o psicólogo que pretende atuar especificamente com crianças, adolescentes e até mesmo famílias. Tendo como fundamento a perspectiva cognitivo comportamental, cuja teoria pressupõe que as crenças são adquiridas desde a infância e cristalizadas no decorrer da vida através das experiências que as reforçam, o relacionamento parental pode ser compreendido como um fator potencialmente influenciador daquilo que a criança aprenderá a acreditar. É durante a infância que o sujeito se encontra mais propício a absorver conceitos, pensamentos e ideias das pessoas com quem convive diretamente. Essas pessoas serão os pais ou aqueles que assumirem esse papel, detendo a capacidade de influenciar a criança em diversos aspectos e contribuindo para a construção das crenças que serão internalizadas.

Constatou-se que existem diferentes estilos parentais, compostos por variados conjuntos de práticas adotadas na educação dos filhos. Dentre essas práticas estão inclusos a forma de comunicação utilizada; a existência ou inexistência de regras, punição, monitoria e afeto; e até mesmo a atmosfera conjugal dos pais. Essas práticas poderão influenciar tanto positivamente quanto negativamente na construção das crenças do sujeito. A punição, por exemplo, tende a gerar um autoconceito negativo e conseqüente baixa autoestima, uma vez que a criança associa essa punição às suas características físicas e emocionais, mesmo que as tenha recebido, na verdade, por seu comportamento (LOOS; CASSEMIRO, 2010). Por outro lado, práticas de cunho positivo, como o contato afetivo, a comunicação clara e o incentivo, irão contribuir para que o sujeito desenvolva crenças positivas a respeito de si mesmo. Isso pode auxiliar para que a criança caminhe para uma independência sadia, uma vez que construirá confiança em suas próprias capacidades.

Além disso, foi possível constatar, por exemplo, que o tipo de vínculo construído com os pais será reproduzido pela criança em outros ambientes, de modo que os filhos que desenvolvem um comportamento ansioso e evitativo em relação aos pais, podem apresentar agressividade, impulsividade e baixa empatia com os pares (NETO; BARDARÔ, 2019). Ou seja, as crianças educadas através de práticas negativas tendem a apresentar dificuldade para desenvolver confiança, conseqüentemente evitando os pais e se comportando de forma ansiosa, por esperarem sempre algum tipo de punição.

Posteriormente esse comportamento será expandido para os seus demais relacionamentos. As práticas coercitivas, por mais que eliminem os comportamentos indesejados a curto prazo, não se mostram eficazes para a educação, uma vez que não envolvem o ensino do modo adequado de agir, enquanto a criança continua sendo cobrada (FREITAS, 2015).

Por outro lado, crianças que são criadas através do cuidado parental e de práticas positivas, estão menos propensas a desenvolver psicopatologias quando adultas (MEDEIROS, 2017), além de desenvolverem estratégias de enfrentamento mais eficazes para as mais diversas situações (VATANASIN *et al.*, 2012). São crianças que possuem abertura para o seu desenvolvimento ocorrer de forma saudável, podendo experimentar suas tentativas e erros sem se sentirem pressionadas, punidas e limitadas excessivamente. Pelo contrário, sentem-se amadas independentemente dos seus erros, e isso não deixa margem para que os comportamentos inadequados definam a imagem que desenvolvem de si mesmas. Através da aplicação saudável de regras e limites, serão orientadas pelos pais e poderão desenvolver formas mais adaptativas de comportamento sendo respeitadas em seu período de amadurecimento.

Levando em consideração os dados obtidos, é possível concluir que o estilo parental mais adequado, dentre os estudados, seria o autoritativo. Os pais que adotam esse posicionamento, procurando compreender a criança e direcionando o seu comportamento de maneira racional, criam um ambiente que favorece o desenvolvimento da autonomia. É importante ressaltar que isso não significa que a criança não terá limites ou que poderá fazer tudo o que deseja, mas que ela será orientada de forma a compreender a motivação dos pais; e acolhida, mesmo quando errar. Com essa possibilidade, a criança pode aprender que nem sempre terá ou fará tudo o que deseja, mas que existem motivos para isso e não apenas a vontade do adulto. Ao mesmo tempo, ela aprenderá que existem razões racionais para agir de determinadas maneiras, porém, quando cometer erros ou se comportar de forma inadequada, isso não gerará ansiedade ou medo da punição, uma vez que será orientada de maneira positiva.

Levando em conta a importância do relacionamento parental, a Terapia Cognitivo-Comportamental apresenta o treinamento de pais como uma alternativa eficaz para intervir no contexto familiar de um modo mais natural. Nesse modelo de atendimento, o terapeuta trabalha em conjunto com os pais para desenvolver formas efetivas de orientar, instruir e lidar com o comportamento dos filhos. Essa é uma alternativa bastante

interessante para os pais que encontram problemas para conduzir a educação dos filhos e desejam transformar seus métodos educativos. Através do treinamento parental, a criança sente os efeitos da mudança comportamental dos pais, podendo reformular as crenças que estão em desenvolvimento e, conseqüentemente, alterar o seu próprio comportamento. Esse modelo de psicoterapia pode se mostrar mais efetivo já que, em vez de atender a criança sozinha na clínica, o psicólogo consegue atuar diretamente no ambiente cotidiano da criança através dos pais.

Essa modalidade de atendimento clínico tem sua prática justificada e reafirmada a partir da constatação de que o modelo de educação e relacionamento adotado pelos pais interfere diretamente na construção das crenças, e pode ser tanto benéfico quanto prejudicial ao desenvolvimento infantil. O impacto da conduta parental sobre a construção das crenças do sujeito está ligado ao autoconceito que a criança desenvolve e, conseqüentemente, à sua autoestima. Sendo assim, é como se a criança se enxergasse pelos olhos dos outros, construindo crenças sobre sua própria capacidade e até mesmo aparência através daquilo que absorve do ambiente.

Pensando nisso, pode-se afirmar que as práticas educativas parentais são capazes de auxiliar na construção de crenças positivas, ao demonstrar que a criança é amada, que pode errar, mas que tem capacidade para aprender, que pode resolver problemas, dentre outras circunstâncias. No entanto, os pais também podem contribuir com o desenvolvimento de crenças negativas, tais como de que a criança não é capaz de resolver problemas, que não faz nada direito, que não pode errar, dentre outras. Isso pode ocorrer ao punir excessivamente a criança, limitando as possibilidades de aprendizagem, não admitindo erros nem orientando a melhor maneira de proceder, conseqüentemente educando em ambiente extremamente rígido e sem espaço para o desenvolvimento saudável. Nesse ponto o treinamento parental poderia causar efeitos benéficos para a transformação do modelo relacional no contexto da criança.

Durante a pesquisa houve dificuldade para encontrar informações que compusessem o trabalho no que se refere aos tipos de crenças, uma vez que não foram identificadas pesquisas abrangentes, e os estudos disponíveis são bastante específicos, voltados por exemplo para alimentação, transtornos, ou ambiente escolar/profissional. Nesse sentido, foi necessário reunir as informações existentes, possibilitando visualizar um panorama geral dos efeitos da relação parental sobre a criança. No entanto, com finalidade de enriquecer o tema de pesquisa, fica sugestionado que seja explorada, em

pesquisas futuras, a relação entre cada tipo de prática parental e a ocorrência de crenças relacionadas, buscando verificar empírica e diretamente quais crenças infantis tem relação com cada atitude parental. Dessa forma poderia ser melhor esclarecida a relação entre a prática parental e os tipos de crenças mais recorrentes desenvolvidos por crianças e adolescentes, de modo a compreender melhor como essa influência reflete na vida futura.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, Patrícia; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, S.L., v. 18, n. 1, p. 4-21, 2016.
- AZEVEDO, Gilson Xavier de; LEMOS, Carolina Teles. O sistema de crenças: aspectos qualitativos. **Estudos de Religião**, S.L., v. 3, n. 32, p. 51-67, set./dez. 2018.
- BAHLS, Saint-clair; NAVOLAR, Ariana Bassetti Borba. Terapia Cognitivo-Comportamental: Conceitos e pressupostos teóricos. **Psico Utp Online**, Curitiba, n. 4, p.1-11, jul. 2004.
- BAUMRIND, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior, **Child Development**, 37(4), 887-907.
- BECK, Judith S.. **Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; BORELLI, Laura Moreira. Treinamento de habilidades sociais educativas parentais: comparação de procedimentos a partir do tempo de intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 36-58, jan./abr. 2012.
- BONAMIGO, Maria Aparecida Pinto. **O efeito das práticas parentais positivas sobre a saúde emocional dos filhos**. 2013. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, 2013.
- BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Esquemas iniciais desadaptativos como mediadores entre os maus tratos na infância e a violência no namoro na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 8, p. 3119-3130, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO).
- BORTOLINI, Marcela; ANDRETTA, Ilana. Práticas parentais coercitivas e as repercussões nos problemas de comportamento dos filhos. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 31, n. 73, p.227-235, abr./jun. 2013. Trimestral.
- BUNGE, Eduardo; GOMAR, Martín; MANDIL, Javier. **Terapia Cognitiva com crianças e adolescentes**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- CARNEIRO, Rachel Shimba; OLIVEIRA, Maria Gabriela de Castro. Um estudo da relação entre estilos parentais e habilidades sociais. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 57-68, jul./dez. 2013.
- CASSIANO, Marcella. **Investigação de um programa Cognitivo-Comportamental de orientação de pais no contexto de promoção de saúde**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Psicologia, Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

CASSONI, Cynthia. **Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática da literatura**. 2013. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

CERQUEIRA, Ana Paula Martins. **O impacto do suporte social nos estilos parentais**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Instituto de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2017.

COSTA, Fabiana T. da; TEIXEIRA, Marco A. P.; GOMES, William B.. Responsividade e Exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 3, p. 465-473, 2000.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E.. **Educação Infantil: Para que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2007. <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XB50O9zOZTQC&oi=fnd&pg=PA27&dq=piaget+vygotsky+wallon&ots=QAmG4LKrMd&sig=xv32YGqtWc4ijK6Kdu3sVI7n8zw#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 30 set. 2019.

DARLING, N.; STEINBERG, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. **Psychological Bulletin**, 113 (3), 487-496. doi:10.1037/0033-2909.113.3.487

DOBSON, Keith S.; DOZOIS, David J. A. **Fundamentos históricos e filosóficos das terapias cognitivo-comportamentais** In Dobson, Keith S. (Org.). Manual de terapias cognitivo-comportamentais. Porto Alegre: Artmed, 2ª edição, 2006.

DOBSON, Keith S. & SCHERRER, Martin C.. **História e futuro das terapias cognitivo-comportamentais** In: Knapp, Paulo. Terapia Cognitivo Comportamental na prática psiquiátrica. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. **História, bases conceituais e prática da terapia cognitivo-comportamental**. In: FALCONE, Eliane Mary de Oliveira; OLIVEIRA, Margareth da Silva (org.). **Terapia Cognitivo-Comportamental**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. Cap. 1. p. 17-39.

FERREIRA, Diana Isabel Tereso. **Influência do estilo parental nos níveis de ansiedade social e autoestima em adolescentes**. 2019. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, 2019.

FONSÊCA, Patrícia Nunes da *et al.* Hábitos de estudo e estilos parentais: estudo correlacional. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Paraíba, v. 18, n. 2, p. 337-345, maio/ago. 2014.

FORTINO, Carla. **O Livro da Psicologia**. São Paulo: Globo, 2012. Tradução de Clara M. Hermeto e Ana Luisa Martins.

FREITAS, Luna Maiana Araújo. **Habilidades sociais educativas paternas e problemas externalizantes na infância**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FRIEDBERG, Robert D.; MCCLURE, Jessica M.. **A prática clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FRIEDBERG, Robert D.; MCCLURE, Jessica M.; GARCIA, Jolene Hillwig. **Técnicas de terapia cognitiva para crianças e adolescentes**: ferramentas para aprimorar a prática. Porto Alegre: Artmed, 2011. 310 p.

GUISSO, Luciane; BOLZE, Simone Dill Azeredo; VIERA, Mauro Luis. Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 226-255, 8 abr. 2019. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.

HEINEN, Marina et al. **Intervenção baseada em um protocolo de terapia cognitivo comportamental**: um relato de experiência com crianças no ambiente escolar. **Aletheia**, [s.l.], v. 52, n. 2, p.192-204, jul./dez. 2019.

HUÇALO, Ana Paula; IVATIUK, Ana Lucia. A relação entre práticas parentais e o comportamento alimentar em crianças. **Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2017.

LOOS, Helga; CASSEMIRO, Ligia Fernanda Keske. Percepções sobre a qualidade da interação familiar e crenças autorreferenciadas em crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 3, n. 27, p. 293-303, jul./set. 2010.

MALLMANN, C. L.; LISBOA, C. S. M.; CALZA, T. Z. Cyberbullying e esquemas iniciais desadaptativos em adolescentes brasileiros. **Rev. colomb. psicol.**, Bogotá, v. 26, n.2, p. 313-328, dez. 2017.

MEDEIROS, Eduarda Tártari Maria. **A inteligência emocional desenvolvida na infância como um fator preventivo no desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta**. 2017. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

MELO, Márcia H. S.; SILVARES, Edwiges F. M.. Grupo cognitivo-comportamental com famílias de crianças com déficits em habilidades sociais e acadêmicas. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 11, n. 2, p. 122-133, dez. 2003

MONDIN, Elza Maria Canhetti. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicol. Argum.**, Presidente Prudente, v. 54, n. 26, p. 233-244, jul./set. 2008.

MURGO, Camélia Santina; BARROS, Leonardo de Oliveira; SENA, Bárbara Cristina Soares. Associações entre Estilos Parentais, Interesses e Indecisão Profissional em Estudantes do Ensino Médio. **Psico-USf**, Bragança Paulista, v. 23, n. 4, p. 693-703, out./dez. 2018.

NASIO, J. D.. **Introdução às Obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Tradução de Vera Ribeiro. <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=b5o9HAf8-DgC&oi=fnd&pg=PA7&dq=freud+klein+winnicott&ots=vRzeuv1CKp&sig=DL4dmIR0X9a17ohck9EQ28rnFBI#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 30 set. 2019.

NETO, Aldo Lodi; BADARÓ, Auxiliatrice Caneschi. As relações entre esquemas iniciais desadaptativos e padrões de comportamentos disfuncionais em crianças e adolescentes. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 222-245, ago./dez. 2019.

NEUFELD, Carmem Beatriz (org.). **Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes**: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Artmed, 2017.

NEUFELD, Carmem Beatriz *et al.* Programa de Orientação de Pais em Grupo: um estudo exploratório na abordagem cognitivo-comportamental. **Revista Psicologia em Pesquisa**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 1-11, 28 dez. 2018. Universidade Federal de Juiz de Fora.

NOGUEIRA, Carlos André et al. A importância da psicoeducação na terapia cognitivo-comportamental: uma revisão sistemática. **Revista das Ciências da Saúde do Oeste Baiano**, S.i., v. 1, n. 2, p.108-120, 2017.

OLIVEIRA, Maria Ines Santana de. Intervenção cognitivo-comportamental em transtorno de ansiedade: relato de caso. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p.30-34, jun. 2011.

OSMO, Flavio. **Inventário de crenças centrais negativas**: propriedades psicométricas. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PAIVA, Fernando Santana de; RONZANI, Telmo Mota. Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p.177-183, jan./mar. 2009. Trimestral. <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n1/a21v14n1>>. Acesso em: 05 out. 2019.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. Tradução de Cristina Monteiro e Mauro de Campos Silva.

PATIAS, Naiana Dapieve *et al.* How have parents raised their kids? Adolescent's perception of parental responsiveness and demandingness. **Psico-USf**, Bragança Paulista, v. 23, n. 4, p. 643-652, out./dez. 2018.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DIAS, Ana Cristina Garcia. Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, S.L., v. 21, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2013.

PEDRO, Marta Figueiredo; CARAPITO, Elsa; RIBEIRO, Teresa. Parenting Styles and Dimensions Questionnaire - versão portuguesa de autorrelato. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 28, n. 2, p. 302-312, June 2015 .

PEREIRA, Melanie; RANGÉ, Bernard. Terapia cognitiva. In: RANGÉ, Bernard. **Psicoterapias cognitivo-comportamentais**: um diálogo com a psiquiatria. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 1. p. 20-32.

PETERSEN, Circe Salcides et al. **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes** [recurso eletrônico]: ciência e arte. Porto Alegre: Artmed, 2011. 400 p.

PETERSEN, Circe Salcides; WAINER, Ricardo. Aportes teóricos e técnicos para intervenção em comportamentos impulsivos em crianças. In: PETERSEN, Circe Salcides et al. **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes**: ciência e arte. ciência e arte. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 4. p. 62-83.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Unesco, 1975. Tradução de Ivette Braga.

PINHEIRO, Maria Isabel S.; CAMARGOS JUNIOR, Walter; HAASE, Vitor Geraldi. Treinamento de pais. In: HOUNIE, Ana G.; CAMARGOS JUNIOR, Walter. **Manual Clínico do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. Nova Lima: Info Ltda., 2005. Cap. 26. p. 942-986.

PINHEIRO, Maria Isabel S.; HAASE, Vitor Geraldi. Treinamento de pais: programas de intervenção. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (org.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenções**. Porto Alegre: Artmed, 2012. Cap. 20. p. 249-263.

PIVETTA, Célia de F. Pravatta. Terapia Racional- Emotiva Comportamental: na teoria e na prática. **Boletim Academia Paulista de Psicologia - Novo Hamburgo**, Sinopsys Editora, v. 39, n. 96, 2019.

PUREZA, Juliana da Rosa et al. Fundamentos e aplicações da Terapia Cognitivo-Comportamental com crianças e adolescentes: relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 85-103, 2014.

REINECKE, Mark A.; DATTILLIO, Frank M; FREEMAN, Arthur. **Terapia Cognitiva com Crianças e Adolescentes: relatos de casos e prática clínica**. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2009. 548 p. Tradução de: Cristiane de Medeiros Passarela.

RINHEL-SILVA, Claudia Maria; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte; RONDINI, Carina Alexandra. Família, adolescência e estilos parentais. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 221-230, Jun 2012.

ROCHA, Giovana Veloso Munhoz da; INGBERMAN, Yara Kuperstein; BREUS, Bianca. **Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares**. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.87-106, 2011.

SÁ, Vanessa. **Estilos Parentais e Compreensão Emocional de Crianças Em Idade Pré-escolar**. 2017. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Psicologia Social e das Organizações, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes; GOMIDE, Paula Inez Cunha. Inventário de Estilos Parentais (IEP) - Gomide (2006) Percurso de Padronização e Normatização. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 25, n. 48, p. 15-26, jan./mar. 2007.

SANTOS, Jérssia Laís Fonsêca dos *et al.* A Relação entre os Estilos Parentais e o Engajamento Escolar. **Temas em Psicologia**, João Pessoa, v. 22, n. 4, p. 759-769, 2014.

SANTOS, Lucimara Cristina dos; OLIVEIRA, Maria Leticia M. C.. As Práticas Educativas Parentais e Suas Consequências nos Comportamentos dos Filhos. **Rev Enfermagem e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 67-74, 2019.

SCOPEL, Ludiane; RUDNICKI, Tânia. Intervenções cognitivo-comportamentais no atendimento infantil: relato de uma experiência. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.147-153, 27 nov. 2015. Centro Universitario La Salle - UNILASALLE.

SMITH, Justin D. *et al.* Coercive Family Process and Early-Onset Conduct Problems From Age 2 to School Entry. **Dev Psychopathol**, Oregon, v. 401, n. 26, p. 917-932, nov. 2014.

SOUSA, Elen Mota de; TAVARES, Jeane Saskya Campos. **Estilos de apego inseguro na infância e suas implicações em quadros de ansiedade na vida adulta**. **Psicologia: O portal dos psicólogos**, Bahia, p.1-21, 08 abr. 2018. <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1191.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

VALENTINI, Felipe; ALCHIERI, João Carlos. Modelo clínico de estilos parentais de Jeff rey Young: revisão da literatura. **Contextos Clínicos**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, p. 113-123, jul./dez. 2009.

VATANASIN, D.; THAPINTA, D.; THOMPSON, E.A.; THUNGJAROENKUL, P. 2012 Testing a model of depression among Thai adolescents. **Journal of child and adolescent psychiatric nursing**. Official publication of the Association of Child and Adolescent Psychiatric Nurses, 25(4):195-206.

WRIGHT, Jesse H.; BASCO, Monica R.; THASE, Michael E.. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 219 p.

WRIGHT, Jesse H. *et al.* **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.